

O Teatro Nacional e o reencontro com a alma cultural de Brasília



» CELINA LEÃO
Vice-governadora
do Distrito Federal

Arte é o mais poderoso reflexo da alma de uma cidade. Ela guarda memórias, cria pontes entre o passado e o futuro e, sobretudo, enche de vida os lugares que habitamos. Após 10 anos de silêncio, a reabertura da Sala Martins Pena, no Teatro Nacional Claudio Santoro, devolve a Brasília mais do que um espaço físico: devolve-lhe um símbolo, uma identidade cultural há muito aguardada e ansiosamente desejada.

O Teatro Nacional Claudio Santoro não é apenas um edifício. Ele é parte do imaginário coletivo do Distrito Federal, uma obra-prima arquitetônica de Oscar Niemeyer que abriga, em suas paredes, a história de nossa cultura. É lá que a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, por quatro décadas, ressoou com maestria as notas de compositores nacionais e internacionais. É ali que os sonhos dos artistas locais e as emoções do público se encontram e se completam. Quando as portas se fecharam em 2014, a sensação foi de vazio, como se parte da alma artística de Brasília tivesse sido silenciada.

Esse silêncio, porém, nunca significou esquecimento. Pelo contrário, ele fortaleceu a necessidade de reaver aquilo que é essencial: o pertencimento, o respeito ao talento dos nossos artistas e a cultura como um direito inegociável. Agora, o som das orquestras, o brilho das luzes nos palcos e os aplausos renovam esse espaço que, além de beleza, carrega em si a esperança de um novo tempo.

A reabertura da Sala Martins Pena é um marco. Não apenas pela sua imponência restaurada, mas pelo significado profundo que carrega: a cultura voltou a pulsar no coração de Brasília.

Uma década de espera trouxe consigo desafios, mas também resiliência. A cada martelo, a cada ajuste, o restauro não se limitou a tijolos e poltronas. Ele se estendeu ao resgate do orgulho que sentimos como brasilienses, ao devolver à população um espaço digno de sua grandeza cultural.

A celebração de cinco dias programada para marcar esse retorno não poderia ser mais simbólica. Ela mistura os talentos locais, que são o alicerce da nossa arte, e a presença de grandes nomes nacionais, como Chitãozinho e Xororó, Almir Sater e a Plebe Rude. São sons que conversam entre si e que ecoam a diversidade de um Brasil múltiplo, bem representado na capital. É a prova de que a cultura não tem fronteiras e que, quando bem cuidada, é capaz de unir públicos distintos, tradições e modernidades em um mesmo espetáculo.

Entre os muitos simbolismos desse momento, há um especialmente comovente: o retorno da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro à sua casa. É como se as notas musicais, durante todos esses anos, tivessem viajado pela cidade em busca de abrigo, passando por diferentes palcos e ambientes. Hoje, elas voltam ao local onde pertencem, ao espaço preparado para que ressoem em sua plenitude, com acústica adequada e estrutura pensada para a excelência.

Mais do que um gesto simbólico, essa volta tem o peso de um reconhecimento. A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro é patrimônio imaterial da nossa cidade. Ela carrega o nome de Claudio Santoro, um dos maiores compositores brasileiros, e sua existência é uma homenagem viva à música erudita nacional. O retorno ao Teatro Nacional Claudio Santoro é o reencontro com a história, com a identidade, com tudo o que faz da Orquestra Sinfônica um motivo de orgulho.

Os trabalhadores que participaram do restauro da Sala Martins Pena, homenageados com o concerto Sinfonia do Concreto, representam o esforço e a dedicação de centenas de mãos que tornaram esse momento possível. A eles, também, devemos o retorno da música, do

espetáculo e da emoção que farão vibrar as paredes do teatro. Essa celebração é, antes de tudo, um tributo ao trabalho coletivo, ao empenho de cada profissional que acreditou no poder da cultura e em sua capacidade de transformação.

O investimento na cultura é o investimento em um futuro mais humano, mais sensível, mais conectado com a alma das pessoas. A reabertura da Sala Martins Pena é apenas o início. O Teatro Nacional Claudio Santoro renasce com a promessa de um amanhã em que cada uma de suas salas, de Villa-Lobos a Dercy Gonçalves, estará pronta para acolher mais sonhos, mais aplausos e mais histórias.

Brasília é uma cidade que nasceu para ser única. Seu céu inigualável, sua arquitetura monumental e seus artistas vibrantes são a prova de que o Distrito Federal é, desde sua origem, uma capital feita de arte. Ao devolver o Teatro Nacional Claudio Santoro ao seu povo, o Governo do Distrito Federal reafirma a importância de se preservar o que é nosso, resgatando não só um espaço, mas um compromisso: o de cuidar da cultura como parte inseparável da vida da cidade.

A Sala Martins Pena reabre com sua capacidade ampliada, moderna e acessível. São 480 lugares pensados para acolher todos os públicos, respeitando a diversidade e a inclusão. Novos sistemas de ventilação, iluminação e segurança garantem não apenas o conforto, mas a dignidade que o teatro merece. Cada detalhe foi cuidado com o respeito que o patrimônio exige e a grandeza do legado cultural que Brasília demanda.

Que as luzes nunca mais se apaguem. Que os aplausos nunca mais cessem. Que o palco da Sala Martins Pena seja, a partir de agora, um convite permanente para que Brasília sonhe, celebre e vibre ao som das suas histórias. Porque, afinal, a arte é isso: um eterno recomeço que nos conecta ao melhor que podemos ser.

Que o novo ato do Teatro Nacional Claudio Santoro seja eterno.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Água, luz e democracia

É certo que, em nosso país, a privatização, parcial ou ampla, de alguns serviços básicos e essenciais ao cidadão sempre vem acompanhada de problemas e deficiências que acabam por prejudicar quem mais deveria ser protegido: o usuário, que paga, e caro, por esses serviços. Estamos falando basicamente do fornecimento de água, esgoto tratado, coleta de lixo e, obviamente, de eletricidade. Portanto, a privatização desses importantes serviços deve, por bom senso, ser realizada sob muitos cuidados prévios. Afinal, o consumidor é também um cidadão, com direito a esses serviços.

Na maioria das vezes, essas terceirizações têm produzido um enorme, constante e crescente número de reclamações. Isso deixa patente que o fornecimento de água e luz tem desagradado aos consumidores. Muitas dessas queixas vão parar na Justiça de pequenas causas, gerando custos tanto para a máquina do Estado quanto para os consumidores. Os prejuízos com cobranças indevidas são visíveis e cobrados em forma de danos morais, materiais e outros. Pelo que se tem visto, o grande número de queixas e reclamações tem deixado essas empresas literalmente sem ter como atender a tanta demanda.

A falta de pessoal especializado e capacitado para atender diretamente e em tempo real aos reclames dos consumidores é uma realidade. Empresas, muitas delas com a matriz no estrangeiro, ao se alistarem para prestar serviços essenciais à população, por meio de processo licitatório público, assumem esses compromissos sem ao menos ter uma ideia próxima do tamanho da responsabilidade e da sensibilidade desses serviços.

Água e luz são insumos que garantem, de fato, o exercício da cidadania. A prestação desses serviços deve, pois, estar sujeita à vigilância ativa do poder público. Num mundo ideal, onde o bom senso imperasse, as empresas seriam muito mais do que simples empresas. Seriam amigas do consumidor, tratando-os com todas as vênias e atenções.

Há um outro aspecto a ser observado, que é o da humanidade, pois ninguém vive sem esses insumos básicos. É sabido e certo que as empresas que fazem parceria do tipo público-privada (PPP) com os governos buscam lucros e os têm em grande medida. As contas de luz e água não são baratas e pesam no bolso dos consumidores. Todo o dia certo de cada mês, chegam e, não raro, surpreendem a todos pelos valores. Os mecanismos de cobrança funcionam como um relógio suíço. Os consumidores de baixa renda são os que mais reclamam, pois são também os únicos a checar com cuidados os valores cobrados.

A rigor, luz, água, esgoto e coleta de lixo deveriam ficar sob o guarda-chuva do Estado, assim como educação, segurança e transporte público. Mas, na impossibilidade prática da prestação desses serviços, recorrem-se a terceiros por meio das famosas PPPs.

Para complicar ainda mais essa questão, as agências reguladoras, que deveriam, em tese, proteger os consumidores, se veem pressionadas pelo poderoso lobby e, não raramente, preferem fechar os olhos às demandas da população. Nesse caso, não há a quem recorrer, a não ser àqueles que podem custear altos escritórios de advocacia.

Esses insumos concretos à cidadania deveriam ser melhor cuidados pelo governo. Afinal, até mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está diretamente relacionado com a prestação desses serviços. Os países que mais investem nessa área são também os mais desenvolvidos, prósperos e os que mais fazem valer os direitos individuais e, por que não, a própria democracia.

»A frase que foi pronunciada:

“Havendo receita, a melhor coisa a fazer é mesmo abater a dívida pública. O nosso problema fiscal faz com que tenhamos juros altos, o que retarda o crescimento do país e cria uma série de problemas de ordem econômica, política e social.”

Armando Castelar

Sem indicações

» O uso de fita estampada de girassóis indica que há uma deficiência oculta. No supermercado Dona de Casa, um cliente reclamou na fila de idosos que um rapaz aparentemente saudável ocupava a fila errada. Não sabia da fita.

»História de Brasília

Faturando uma defesa para o sr. Laranja Filho, o sr. Hélio Fernandes saiu-se com os maiores ataques ao Novacaçap, procurando, através de alusões ao médico particular do presidente, dar a entender que estava agindo com imparcialidade. (Publicada em 25/4/1962)

Caio Gomez



Nós, o Congresso e os militares



» RAUL JUNGMMANN
Diretor-presidente do Instituto
Brasileiro de Mineração (Ibram)
e ex-ministro da Defesa e da
Segurança Pública

No dia 25 de agosto de 2010, lá pelo fim da tarde, uma discreta comemoração estava em curso no gabinete do ministro da Defesa, Néelson Jobim. O motivo: fora aprovada a Lei Complementar 136, que instituiu a Política e a Estratégia Nacional de Defesa, além do Livro Branco da Defesa Nacional.

No dia, poucas notas a respeito na imprensa — porém, pela primeira vez na nossa história, estava criado um laço entre as nossas Forças Armadas, a Defesa Nacional e o povo brasileiro, por meio de seus representantes no Congresso Nacional.

As Forças Armadas não são autônomas, tanto que declarar a guerra e fazer a paz são competências exclusivas do parlamento. Porém, faltava ao Congresso o instrumento necessário para, em diálogo com os militares, determinar que Forças Armadas queremos, como um país com crescente importância no contexto global democrático.

Passados 14 anos daquele 25 de agosto, o que posso dizer, como relator da Lei 136, é que a esperança se transformou numa frustração profunda. O Congresso tem se alienado do seu papel em comportamento que considero irresponsável com a Defesa do Brasil!

Quase diariamente, muitos me pedem (principalmente jornalistas) uma avaliação dos recentes episódios que registram o envolvimento de militares, inclusive de altas patentes, numa trama golpista.

Relatórios de quase mil páginas da Polícia Federal trazem evidências levantadas por extensa e bem documentada investigação, atestando esses fatos, que estão sob o controle do Supremo Tribunal Federal (STF).

Poderia me limitar a fazer coro com o que me parece consensual, ou seja, a condenação veemente a tão grave e repulsiva atitude de um núcleo minoritário que subverteu o fundamento maior da caserna — de servir à pátria, fiel à Constituição.

Isso é ponto pacífico, como também o é o fato de que as Forças Armadas, como instituição, não deram aval a essa aventura irresponsável. Os que subverteram a ordem serão responsabilizados e punidos na forma da lei, como já está acontecendo, inclusive com a cooperação das próprias Forças Armadas.

Isso posto, volto a insistir na ruptura do Congresso Nacional com a inércia nessa grave matéria. A célula regenerativa é de natureza política, mas nosso Legislativo, ainda hoje, mantém a procrastinação como padrão, embora municiado de amplos conteúdos desde a criação do Ministério da Defesa, em sucessivas gestões civis.

Até sua criação, eram quatro os ministérios militares: Marinha, Exército, Aeronáutica e o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique conseguiu efetivamente criar o Ministério da Defesa, em operação coordenada pelo general Alberto Cardoso, então seu ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Sexto ministro da Defesa, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ex-ministro da Justiça e relator da revisão da Constituição de 88, Nelson Jobim introduz o alicerce para um novo ciclo, com as Forças Armadas subordinadas ao poder civil: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, já mencionados, auxiliado por Mangabeira Unger que, mais tarde, seria ministro de Assuntos Estratégicos nos governos Lula e Dilma.

A Política Nacional de Defesa define objetivos, a Estratégia Nacional de Defesa, forma e meios, e o Livro Branco funciona como uma espécie de catálogo dos instrumentos disponíveis

para a realização dos dois primeiros.

A matéria que relatei, aprovada com apenas um voto contrário, estabeleceu a atualização dos textos de quatro em quatro anos. Ou seja, sempre no meio dos mandatos, para evitar a contaminação política comum no princípio e no fim de governos.

Aprovou-se o primeiro em 2008, para ser atualizado em 2012 e assim sucessivamente, o que não ocorreu. Paramos nesse primeiro estágio, ou seja, há 12 anos, o Congresso não decide sobre a matéria.

Em 2016, o presidente Temer recebeu do Congresso um arremedo, feito a toque de caixa, não precedido sequer de audiências públicas, como deve ser a tramitação. Ainda assim, 17 dias antes do término de seu mandato e por não achar lícito assiná-la ao apagar das luzes, deixou para a gestão de Bolsonaro, que a tratou como matéria de governo anterior, e não como questão de Estado.

A nova atualização, de 2020 a 2024, foi enviada já pelo então ministro da Defesa, Fernando Azevedo, mas até aqui parece destinada à mesma indiferença do parlamento. Hoje, duas matérias de indiscutível urgência não estão priorizadas.

A primeira é a PEC que condiciona o ingresso do militar na política ao seu afastamento da carreira, sem possibilidade de retorno às Forças Armadas, o que considero essencial para cessar a politização nos quartéis e o consequente equilíbrio constitucional.

A segunda diz respeito à participação de militares no governo, que deve se dar, a meu juízo, em quatro áreas: nuclear, espacial, segurança cibernética, guarda e proteção do presidente da República, que não deve ficar a cargo das polícias.

É hora de entender que militares demandam rumos e, se o sistema político se faz ausente e nós não exercemos nenhum diálogo, regamos, todos, a semente da instabilidade, num estímulo a bolsões minoritários para retomarem a ideia de tutela, o que é, registre-se, inaceitável.